



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

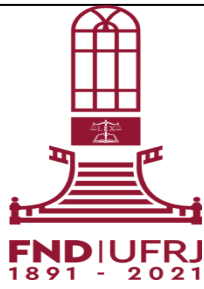
Faculdade Nacional de Direito

PROVA DE MONITORIA 2023.2

DISCIPLINA: PRÁTICA JURÍDICA III

Questão única) Caio, policial federal, fazia “bico” de detetive particular. Joana contratou-o para investigar seu marido Tício, pois desconfiava que ele estivesse tendo um caso extraconjugal. Caio fez uma interceptação ambiental na casa de Tício e descobriu que ele desenvolvia a atividade de tráfico internacional de drogas. Comunicou o fato ao Delegado Astolfo que seria responsável por investigar este tipo penal, que instaurou um inquérito de ofício e destacou uma equipe para investigar todas as encomendas que chegavam à casa de Tício. Desconfiado de uma determinada encomenda, o delegado representou ao juiz pela busca e apreensão, o que foi deferido e encontrada a droga. Tício foi ouvido em interrogatório policial e confessou o crime. Diante da confissão o Ministério Público denunciou Tício por tráfico internacional de drogas. Citado, Tício procurou o NPJ para defendê-lo. Diante do fato, pergunta-se:

- 1) Abstratamente, um Delegado pode instaurar inquérito de ofício?
- 2) No caso concreto, o Delegado Astolfo poderia instaurar o inquérito de ofício com base na informação prestada por Caio?
- 3) Caio poderia realizar a interceptação ambiental na casa de Tício?
- 4) A busca e apreensão é prova lícita? Explique.
- 5) A confissão é prova lícita? Explique.
- 6) Na atuação pelo NPJ na assistência de Tício, que peça processual o(s) senhor(a) faria?
- 7) O que alegaria em defesa de Tício?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

Faculdade Nacional de Direito